



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA nº 005 de 14.11.2025 Audiência Pública

Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os senhores Vereadores no plenário da Câmara Municipal de Brazópolis, localizada na Praça Wenceslau Braz, 17, Centro, para a realização da Audiência Pública a respeito do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). A referida audiência iniciou-se às 18 horas e 10 minutos com a abertura dos trabalhos pelo senhor presidente da mesa diretora, Vereador Gesse Raimundo de Souza, o qual informou a todos os presentes que a audiência foi uma iniciativa da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Em seguida, a senhora presidente da comissão, Vereadora Gabriela Pereira Martins fez uso da palavra e iniciou destacando a importância da participação popular no processo orçamentário, ressaltando que o PPA estabelece diretrizes para um período de quatro anos, enquanto a LOA define o orçamento anual que a Prefeitura executará. Enfatizou que a audiência é um instrumento previsto na legislação, especialmente pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Constituição Federal, e que a escuta das demandas da população é fundamental para orientar a análise técnica da Comissão. A vereadora também explicou o papel das comissões permanentes da Câmara e reforçou que todas as proposições enviadas ao Legislativo passam por análise nas comissões competentes, sendo a Comissão de Finanças a responsável por estudar detalhadamente as peças orçamentárias encaminhadas pelo Executivo. Na sequência, o senhor Vereador Marcos Adriano Romeiro Simões saudou os presentes, reafirmou o compromisso da Câmara com a transparência e destacou o caráter democrático da audiência, ressaltando que a participação cidadã contribui para a construção de um orçamento mais justo e eficiente. Mencionou ainda a relevância das emendas impositivas, cuja elaboração depende das demandas apresentadas pelas entidades e pela população. Por fim, o senhor Vereador João Pedro Visotto reforçou que a audiência tem como objetivo principal apresentar o PPA e a LOA à comunidade, proporcionando espaço para manifestação das necessidades de cada entidade, especialmente no tocante às emendas impositivas. Reiterou que não se tratava de convocação de secretários, mas de um momento de escuta ativa e diálogo aberto entre Legislativo e sociedade. Em seguida, iniciou-se o momento destinado às entidades e cidadãos para apresentação de demandas, conforme previsto no rito da audiência. Esclareceu-se que cada representante disporia de três a cinco minutos para expor as necessidades de sua entidade, justificar o interesse público e indicar eventual solicitação de emenda impositiva, registrando-se formalmente entidade, valor pleiteado, finalidade e o vereador que apoiou o pedido. Em seguida, foi anunciada a inscrição do cidadão Benedito João de Faria, residente no Distrito de Cruz Vera, que fez uso da tribuna para apresentar demandas consideradas críticas pela comunidade local. Relatou problemas recorrentes na rede de esgoto da Rua Euclides Gonzaga, especialmente a demora no atendimento por parte da Prefeitura para limpeza das fossas, o que vem gerando mau cheiro e transtornos aos moradores. Mencionou também a necessidade de implantação de nova rede de esgoto na Rua Gonçalves de Oliveira (Luiz Alfredo), em

razão do crescimento do bairro e da insuficiência das fossas existentes. Apontou ainda reivindicações referentes ao calçamento da Rua José Muniz, onde, segundo ele, as condições do piso têm causado dificuldades de trânsito e acúmulo de lama em períodos chuvosos. Solicitou também a substituição de bloquetes danificados na Rua Joaquim Alfredo de Paula, destacando que parte da via permanece sem manutenção adequada e gerando danos a veículos. Por fim, mencionou a necessidade de melhorias no início da Rua Emídio Faria, devido às dificuldades de acesso em dias de chuva intensa. Encerrada sua fala, agradeceu a oportunidade de apresentar as demandas. Na sequência, o senhor Vereador Adilson Francisco de Paula fez uso da palavra para comentar as demandas apresentadas pelo cidadão de Cruz Vera. Inicialmente, saudou os presentes e ressaltou a importância do momento dedicado à discussão das peças orçamentárias e das emendas impositivas. Esclareceu que o trecho de 200 metros de calçamento na Rua Joaquim Alfredo de Paula foi executado em decorrência de indicação de sua autoria no exercício anterior, reforçando que a melhoria foi deliberada pela Câmara e posteriormente executada pelo Executivo. Reconheceu, contudo, que o restante da via permanece em condições precárias e necessita de intervenção. Destacou também que 50% da reforma e ampliação do posto de saúde do distrito decorre igualmente de indicação sua, com expectativa de execução ainda no ano corrente. Em relação aos problemas de esgoto na área conhecida como “beira da linha”, informou que já tratou do assunto com o Executivo e com outros vereadores, tendo apresentado indicação para inclusão, no orçamento do próximo exercício, da instalação de biodigestores nas residências que não dispõem de rede de esgoto adequada, considerando o alto custo para implantação de um sistema convencional de tratamento. Concluiu afirmando que parte das solicitações apresentadas já está encaminhada por meio de indicações, reafirmando o compromisso de fiscalizar e cobrar do Executivo a execução das melhorias necessárias. O senhor Vereador Marcos Adriano Romero Simões fez uso da palavra para cumprimentar o cidadão Benedito João de Faria pela participação e pela exposição das demandas de Cruz Vera. Reforçou as colocações feitas anteriormente pelo senhor Vereador Adilson de Paula e destacou que, desde 2017, é testemunha do empenho e da dedicação do referido vereador na busca por soluções para os problemas de esgotamento sanitário do distrito. Relatou que acompanhou diversas reuniões e tratativas realizadas pelo vereador Adilson junto ao Executivo em gestões passadas, demonstrando sua preocupação contínua com a situação. Mencionou ainda que, na atual administração, há o compromisso de implantação de biodigestores para atender às residências que carecem de infraestrutura sanitária, ressaltando que, com isso, espera-se encaminhar de forma definitiva a resolução do esgoto a céu aberto que corta parte da vila. Enfatizou a necessidade de implantação de tubulação adequada e de intervenções estruturais capazes de solucionar o problema de forma duradoura. Por fim, reiterou os cumprimentos ao vereador Adilson pelo trabalho realizado ao longo dos anos e ao cidadão Benedito pela iniciativa de apresentar formalmente as demandas da comunidade durante a audiência. Posteriormente, a senhora Maria Leonora da Silva fez uso da tribuna para apresentar demandas

relacionadas ao empreendimento conhecido como Lago da Serra. Relatou incertezas quanto à regularização documental dos imóveis, questionando se haverá possibilidade de emissão de documentos formais, mesmo que mediante pagamento, e solicitou esclarecimentos sobre a previsão ou posição oficial quanto ao andamento desse processo. A cidadã apontou, ainda, dificuldades para obtenção de ligações de água e energia elétrica, mencionando que, embora alguns moradores já tenham recebido as instalações, outros permanecem impossibilitados devido a entraves administrativos. Segundo seu relato, há informações desconhecidas sobre autorizações, tanto por parte de responsáveis particulares quanto da Prefeitura, o que tem gerado insegurança e impedido a regularização dos serviços essenciais. Solicitou também a realização de tubulação e aterro em frente à igreja próxima ao estabelecimento Lapaloma, destacando que a ausência dessa intervenção provoca transtornos há tempos e que a comunidade tem buscado solução sem êxito. Ressaltou que a execução dessa melhoria contribuiria tanto para a segurança quanto para o andamento de obras locais. Por fim, relatou que moradores têm recorrido a ligações improvisadas e, diante das restrições, cogitam instalar energia solar, embora, segundo ela, a concessionária (CEMIG) esteja limitando alternativas. Solicitou uma posição clara, ainda que futura, sobre os temas apresentados, agradecendo a oportunidade de expor as dificuldades enfrentadas pela comunidade. A senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins agradeceu a participação da senhora Maria Leonora e dos demais moradores do bairro Lagos da Serra, ressaltando que as demandas apresentadas já são antigas e antecedem os mandatos atuais. Recordou que o tema da regularização fundiária do bairro vem sendo discutido desde gestões anteriores e que, no início do mandato, solicitou pessoalmente ao prefeito informações sobre a possibilidade de inclusão do bairro no processo de REURB. A vereadora explicou que, durante exposição realizada na Câmara pelo Dr. Rafael (Cartório) e por representantes do IGR, verificou-se que o bairro Lagos da Serra não foi incluído no contrato vigente da REURB, cujo valor inicial, firmado em 2023, foi posteriormente ampliado por aditivo em dezembro de 2024. Diante disso, ela buscou diálogo direto com os moradores, resultando na elaboração de um abaixo-assinado com 84 assinaturas, posteriormente entregue na audiência pública promovida pela Prefeitura no ECOA. Esse documento foi incorporado ao material do PPA e da LOA enviado ao Legislativo. Relatou que, após essa mobilização popular, os vereadores foram convidados pelo Prefeito para uma reunião técnica, na qual foram apresentados os procedimentos da REURB. Informou que participaram da reunião as vereadoras Andresa e Leilane, e os vereadores Diego e Gesse. Conforme exposto pelo corpo técnico da administração, há intenção de firmar um novo contrato de REURB para contemplar aproximadamente 700 imóveis, porém com previsão apenas para 2027, tratando-se ainda de promessa em fase de estudo. A vereadora destacou que, diante desse compromisso manifestado pelo Executivo, os vereadores podem apresentar emenda ao PPA para assegurar a previsão orçamentária e normativa necessária à contratação futura. Finalizou afirmando que continuará acompanhando e cobrando o andamento do processo, reforçando o papel da mobilização dos moradores na construção dessas

soluções. O senhor Vereador Marcos Adriano Romero Simões manifestou apoio às demandas apresentadas pelos moradores do bairro Lagos da Serra, especialmente quanto à necessidade de regularização fundiária. Destacou que a REURB é benéfica tanto para a população quanto para o município, pois amplia a arrecadação e promove segurança jurídica aos moradores. Ressaltou que os vereadores são unanimemente favoráveis à regularização em todas as localidades em que a população manifeste interesse. Acrescentou que a Câmara irá consultar o jurídico sobre a viabilidade de apresentar emenda já para o próximo exercício, de modo a antecipar o processo, caso haja disponibilidade orçamentária. Reafirmou o compromisso pessoal em trabalhar para que a regularização do Lagos da Serra possa ser iniciada o quanto antes. Na sequência, a senhora Vereadora Leilane de Almeida explicou ao público o funcionamento das peças orçamentárias em análise, enfatizando que as leis em discussão — LDO, PPA e LOA — são elaboradas pelo Executivo e posteriormente estudadas e emendadas pela Câmara. Recordou que todas as demandas trazidas pela população, como pavimentação, saneamento e regularização fundiária, já constam como metas estabelecidas na LDO e possuem previsão dentro do orçamento. Esclareceu que a regularização fundiária depende de requisitos legais mínimos de infraestrutura, mas reconheceu que o bairro Lagos da Serra, por ser uma das áreas com maior índice de irregularidade do município, apresenta forte potencial para ser contemplado. Destacou, ainda, que a mobilização dos moradores — especialmente pela organização do grupo e pela presença na audiência — fortalece o processo e contribui para avanços concretos. Observou que, caso alguma demanda não estivesse prevista no orçamento, a Câmara poderia criar novas dotações para viabilizá-la. Por fim, reforçou a importância do planejamento urbano, do cumprimento das metas legais de saneamento e da participação ativa da sociedade, colocando-se à disposição para auxiliar no que for necessário. O senhor vereador Diego Cetano Henrique iniciou sua fala saudando os presentes e destacando que a demanda do bairro Lagos da Serra por regularização fundiária é antiga, remontando a administrações anteriores. Relatou que, como morador do bairro, acompanha o problema desde a infância, ressaltando que, mesmo após décadas, a situação permanece sem solução definitiva. Enfatizou seu compromisso, juntamente com os demais vereadores, em apoiar as ações necessárias para resolver a questão, reafirmando que o Legislativo está empenhado em colaborar para o avanço do processo. Na sequência, o senhor Vereador Adilson Francisco de Paula reforçou que todas as demandas trazidas pelos moradores já constam no orçamento municipal, cabendo ao Executivo viabilizar sua execução conforme disponibilidade de recursos. Declarou apoio integral à regularização fundiária do município, lembrando que desde 2017 atua para avançar o processo no distrito de Cruz Vera, onde já foram iniciados levantamentos técnicos e se prepara uma audiência pública para apresentar as informações à comunidade. O vereador destacou, ainda, que parte da área conhecida como “beira da linha”, em Cruz Vera, é classificada juridicamente como condomínio particular, o que limita a atuação da Prefeitura até que a regularização seja concluída. Ressaltou que a falta de regularização pode impedir o acesso a benefícios públicos,



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

inclusive emendas parlamentares destinadas a obras de infraestrutura, uma vez que o Executivo pode priorizar áreas legalmente regularizadas. Afirmou que a regularização fortalece o direito dos moradores de reivindicar melhorias e reforçou que, no que depender da Câmara, o processo será apoiado e contemplado no orçamento. Finalizou agradecendo ao Executivo pelos avanços já realizados no levantamento fundiário do distrito. O senhor presidente destacou o avanço significativo da regularização fundiária em Brazópolis, mencionando que cerca de 60% dos imóveis urbanos do município já estão regularizados desde o início dos trabalhos de REURB, em 2021. Informou que, segundo o Executivo e o Cartório de Registro de Imóveis, há expectativa de alcançar 100% de regularização até 2027/2028, contemplando inclusive regiões como Lagos da Serra e localidades da serra. Relatou que o distrito de Bom Sucesso da Mantiqueira também está em processo de delimitação do perímetro urbano para futura regularização. Na sequência, o senhor Vereador Marcos Adriano Romero Simões apresentou destaque ao Projeto de Lei nº 011/2025, que estabelece as diretrizes para a Lei Orçamentária de 2026. Leu itens do plano de metas do Executivo, reforçando compromissos com ações como criação do distrito industrial, ampliação da iluminação pública em LED, pavimentação e continuidade da regularização fundiária. Ressaltou que tais metas demonstram coerência entre o orçamento em discussão e as demandas apresentadas pela população. A senhora Vereadora Leilane de Almeida complementou explicando o fluxo legal das peças orçamentárias, esclarecendo que as metas de 2025 foram aprovadas em 2024, razão pela qual as ações do ano corrente seguem planejamento estabelecido pela administração anterior. Destacou que o orçamento enviado para 2026 é o primeiro inteiramente elaborado pela atual gestão. Ressaltou que, caso a Câmara reprovasse as leis orçamentárias, continuariam válidas as do exercício anterior, garantindo continuidade administrativa. Em seguida, foi registrada a demanda da moradora Beatriz Almeida Augusto, que solicitou regularização das escrituras, melhoria nas estradas do bairro Lagos da Serra e informou que, em dias de chuva, o ônibus escolar não consegue acessar a região. O senhor Vereador Diego Cetano Henrique, morador da localidade, informou que já houve manutenção anterior nas estradas e que moradores auxiliaram com a doação de manilhas. Relatou que indicou verba de R\$ 50.000,00 para início do calçamento no próximo ano, afirmando que a solução definitiva para trechos íngremes é realmente a pavimentação, e que o Legislativo vem buscando emendas parlamentares para viabilizar essas obras. A senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins reforçou que a regularização fundiária (REURB) e a infraestrutura são processos distintos, com orçamentos separados. Explicou que, segundo critérios legais, a infraestrutura mínima necessária abrange iluminação, abastecimento de água e esgoto, não incluindo obrigatoriamente calçamento, que pode, porém, ser atendido por emendas impositivas dos vereadores ou por emendas parlamentares via deputados. Fez detalhada explicação sobre o funcionamento das emendas, percentual disponível aos vereadores, obrigatoriedade de destinação mínima à saúde e possibilidades de aplicação em iluminação, esgoto e pavimentação. Destacou que parte do calçamento já executado na subida da ONG



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Dispersores decorreu de emenda articulada pela vereadora Leilane, Carlos Adilson e Cidinha. Finalizou reafirmando seu compromisso em apoiar os moradores do Lago da Serra na busca pelas melhorias necessárias. O senhor presidente destacou a importância do trabalho dos vereadores na busca por recursos externos, enfatizando que o orçamento próprio do município é limitado e que as emendas parlamentares, obtidas por meio do relacionamento com deputados, são fundamentais para viabilizar obras e melhorias, especialmente diante da grande extensão territorial e das numerosas demandas rurais de Brazópolis. Reforçou que cada vereador deve manter articulação ativa com seus deputados, garantindo retorno ao município. Na sequência, a senhora Vereadora Leilane de Almeida retomou a palavra para apresentar considerações sobre infraestrutura e planejamento urbano. Defendeu a criação, pela Prefeitura, de uma fábrica municipal de blocos, argumentando que a produção própria garantiria melhor qualidade dos bloquetes utilizados nas pavimentações e reduziria problemas recorrentes de danos prematuros nas vias. Destacou que, ao definir pontos para pavimentação, é essencial priorizar trechos críticos, especialmente aclives que comprometem o acesso de moradores, serviços de entregas e do transporte escolar. Explicou a diferença entre emendas impositivas — cujo cumprimento é obrigatório pelo Executivo — e emendas parlamentares provenientes de deputados, esclarecendo seus critérios de destinação, limitações legais e a necessidade de planejamento para maximizar o uso desses recursos no município. Ressaltou que parte dos calçamentos já executados em gestões anteriores foi fruto de articulações parlamentares realizadas por vereadores da legislatura passada. A vereadora também mencionou demandas de áreas como turismo, segurança pública e infraestrutura urbana, lembrando que todas foram contempladas na LDO e estão previstas no orçamento em análise. Reiterou a necessidade de melhorias estruturais em diversos bairros, sobretudo quanto à manutenção de vias e planejamento viário, defendendo que o município avance na elaboração de um plano municipal de trânsito. O presidente complementou a fala reconhecendo os desafios crescentes da mobilidade urbana em Brazópolis, citando ruas estreitas, aclives acentuados e dificuldade de circulação de caminhões, e informou que já discutiu o tema com o Executivo, que estuda medidas para reorganização do trânsito municipal. Em seguida, a senhora Vereadora Gabriela Pereira Martins retomou o uso da palavra e registrou a demanda relativa ao transporte universitário para Itajubá, informando que um abaixo-assinado foi apresentado e anexado à documentação do PPA e da LOA. Explicou que o município atualmente disponibiliza ônibus escolar para estudantes universitários, cobrando taxa destinada a cobrir combustível e diária do motorista, prática permitida pela legislação desde que não prejudique o transporte da educação básica. Observou, porém, que municípios vizinhos — como Piranguinho — custeiam integralmente esse serviço, o que demonstra a possibilidade de adoção de modelo mais abrangente em Brasópolis. A senhora vereadora destacou que o financiamento do transporte universitário traz benefícios diretos ao município, como a permanência dos jovens em Brasópolis, fortalecimento do comércio local e formação de mão de obra qualificada. Rebateu entendimento jurídico apresentado em audiência anterior, segundo o qual o município



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

não poderia aportar recursos por se tratar de competência da União, argumentando que a própria frota escolar já é oriunda de recursos federais ou estaduais, o que sugere participação indireta desses entes. A Vereadora Gabriela também reforçou a demanda relacionada à iluminação e infraestrutura na área da igreja do bairro Lagos da Serra, onde, segundo sua análise, será necessária transposição de rede elétrica, sugerindo que o Executivo avalie tecnicamente essa possibilidade, já que tal intervenção é distinta da REURB ou do calçamento, mas igualmente essencial à comunidade. Em continuidade, relatou que os universitários solicitaram ampliação dos horários de transporte, pois atualmente há horários apenas às 6h, 12h e 18h para ida, e retorno ao meio-dia, 20h e 22h40 — o que não contempla quem precisa se deslocar ao meio-dia ou utilizar meia-passagem, já que o ônibus de linha não oferece esse benefício. Enfatizou que o tema envolve múltiplos fatores e requer análise aprofundada. Por fim, informou que a Comissão de Finanças dará continuidade ao debate nas reuniões específicas para análise do PPA e da LOA, sendo a próxima marcada para 19 de novembro, com prazo final de apresentação de emendas até 27 de novembro. Após isso, a Comissão consolidará o parecer final, que seguirá para votação em plenário, cabendo ao Executivo sancionar ou vetar as emendas aprovadas. Não havendo mais manifestações pelos senhores Edis, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Audiência Pública. Nada mais a ser tratado, eu Gabriela Pereira Martins, lavrei a presente ata, que após ser aprovada será assinada por todos os senhores Vereadores presentes e publicada no mural da Sede Legislativa e de forma eletrônica em seu site. Em conformidade com a Seção III, artigo 113, parágrafo primeiro do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a integralidade desta Audiência Pública está disponível pelo link:

<https://www.youtube.com/live/q4NraJkA8JQ?si=m6Nrr2moL-lwRtXu>

Gessé Raimundo de Souza
Presidente

Adilson Francisco de Paula
Vice-presidente

Gabriela Pereira Martins
Secretária

Marcos Adriano Romeiro Simões

Leilane de Almeida

João Pedro Visotto

Diego Caetano Henrique

Andresa Aparecida Isaú

Ricardo Joaquim Ilhéu